



Licença de Instalação

Processo Nº 61/401607/2016

LI Nº: 6

Ano: 2018

Nº Licença Anterior: RLO 71

Data de Expedição: 07/03/2014

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014, EXPEDE a presente LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI, de acordo com a Lei nº 2.267, de 09/07/2001 e suas alterações posteriores, e normatizada através da Resolução SEMADE nº 09 de 13/05/2015.

Requerente: AGENCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS - CPF/CNPJ: 15457856000168
AGESUL.

Endereço do Empreendimento: IMÓVEL RURAL DESMEMBRADO DA FAZENDA SANTA LUZIA (RODOVIA MS-065

Complemento:

Bairro:

Município Bataguassu

CEP: 79800-000

UF: MS

Bacia Hidrográfica: Paraná/Rio Pardo

Corpo Receptor: RIO PARDO

Área Ocupada Prevista: 581,83 m²

Área Total: 7,6112 Ha

Atividade: 7.29.1 - SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO – CONTEMPLANDO ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE, E EMISSÁRIO FINAL

capacidade: 30 L/S

VALIDADE LICENÇA: 2 ano(s)

coordenada S: 21º 41' 20,10"

coordenada W: 52º 24' 34,07"

Condicionantes Específicas:

1. Esta Licença autoriza a ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, composto por gradeamento, desarenador, calha parshall, caixa de areia, um reator anaeróbio de leito fluidizado (RALF) com capacidade de 20 l/s, uma estação elevatória de lodo, cinco leitos de secagem, no município de Bataguassu/MS;
2. A rede coletora e as ligações domiciliares estão isentas de Licenciamento conforme Art. 1º da Resolução SEMAC nº. 012 de 01/07/2008;
3. Esta Licença não autoriza a operação da atividade, para tanto deverá ser requerida junto a este IMASUL/MS a competente Licença de Operação;
4. A rede coletora não poderá ser utilizada e/ou operada, devendo ser mantida lacrada até que a Estação de Tratamento de Esgotos esteja de posse da Licença de Operação;
5. O empreendimento deverá ser implantado de acordo com o projeto técnico, plantas, memoriais descritivos e estudos apresentados e aprovados pelo IMASUL;
6. As obras deverão ser executadas em conformidade com as especificações das normas técnicas da ABNT de modo a não causar danos ambientais nas áreas diretamente afetadas pelas obras;
7. Todas as instalações deverão estar locadas a uma distância mínima de 200 (duzentos) metros de quaisquer coleções hídricas ou cursos d'água mais próximo;
8. Quando da execução das obras, deverão prever proteção e sinalizações de advertência de riscos com indicativos de obras, com mínimo de 100 m de distância;
9. Os resíduos sólidos gerados deverão ser recolhidos, coletados, acondicionados e estocados transitoriamente em abrigos que atendam as recomendações técnicas;
10. As áreas de empréstimo e bota-fora deverão ser devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente;
11. O empreendedor deverá cumprir o disposto nas normas ambientais e técnicas aplicáveis para resíduos sólidos, enquadrados na Classe 2 segundo a NBR 10.004/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial a Resolução CONAMA nº 307/2002 no que se refere à gestão dos resíduos da construção civil;
12. Durante a execução das obras deverão ser adotadas medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos e assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de modo a garantir a não contaminação, do solo e dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;
13. Durante a instalação deverá ser realizada aspersão de água nas vias internas próximas e no local das obras de modo a controlar a emissão de material particulado oriundo do processo de demolição, manuseio de materiais e movimentação de veículos e máquinas, além da adoção de todas as demais práticas adequadas para a construção civil;
14. Deverão ser realizados controle e manutenção periódicos dos veículos e equipamentos utilizados na implantação do empreendimento;

CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS FLS. 02/03...../

.....
CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS DA LI Nº. 06/2018

15. Deverá manter as vias de acesso ao empreendimento em boas condições de uso;
16. O dimensionamento e a estabilidade das estruturas que compõem o empreendimento são de responsabilidade técnica do empreendedor e seu responsável técnico;
17. Quando da solicitação da Licença de Operação (LO) deverá ser apresentado a este IMASUL/MS:
- I-Relatório Técnico – RTC das obras de implantação do empreendimento, contemplando registro fotográfico da sequência de execução das mesmas, acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do responsável pela execução das obras;
- II-Plano de Auto Monitoramento - PAM, conforme roteiro fornecido pelo IMASUL/MS;
- III-Programa de Emergência;
- IV-Cópia da Licença Ambiental e Carta de Anuência da área indicada pelo poder público municipal para a disposição do resíduo estabilizado e desinfetado, oriundos da ETE;
- V-Comprovação de implantação da cortina arbórea no entorno da ETE;
- VI-Relatório de Execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil;
18. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas que possam causar incômodo à vizinhança, bem como a emissão de material particulado e queima a céu aberto de resíduos de qualquer natureza e em qualquer estado dentro da área do empreendimento ou em área de terceiros;
19. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade/projeto deverá ser previamente licenciada pelo IMASUL/MS;
20. O requerente deverá atender às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR nº 9.575, que estabelece as exigências e recomendações relativas à seleção e projeto de impermeabilização, para que sejam atendidos os requisitos mínimos de proteção da construção contra a passagem de fluidos, bem como os requisitos de salubridade, segurança e conforto do usuário, de forma a ser garantida a estanqueidade das partes construtivas que a requeiram;
21. Empreendimentos geradores de efluentes líquidos, efetiva ou potencialmente poluidores das águas de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul, ficam notificados a apresentarem, até o dia 31 de março de cada ano, a Declaração de Carga Poluidora referente ao ano civil anterior, considerando as indicações contidas na Resolução CONAMA n. 357, de 17 de março de 2005, conforme dispõe a Resolução SEMAC n. 29, de 28 de dezembro de 2011;
22. Cumprir as condicionantes estabelecidas na Portaria de Outorga N.0000057, de 1 de junho de 2016;
23. O empreendedor deverá adotar as medidas mitigadoras apresentadas.
-/




CONDICIONANTES GERAIS DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 6/2018

1. Esta Licença não autoriza o funcionamento da atividade. Para tanto deverá ser obtida a competente Licença de Operação;
2. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
3. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
4. O IMASUL/SEMAGRO/MS reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
5. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente ao IMASUL/SEMAGRO/MS;
6. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este IMASUL/SEMAGRO/MS;
7. Esta licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
8. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
 - I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
 - II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
 - III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 2 ano(s) da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 30 (trinta) dias anterior ao seu vencimento

Campo Grande, 24 ABR 2018


Ricardo Eboli Gonçalves Ferreira
Diretor Presidente
IMASUL

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

